

O estado digital

Vários órgãos públicos têm investido bastante em infra-estrutura de informática. Com os resultados obtidos até agora, esses órgãos representam o que seria um Estado digital: alunos com acesso via Internet a conteúdo especial, fabricantes legalizados vendendo mais e pagando impostos, impostos mais simples, pesquisa acadêmica mais fácil, Justiça mais rápida. Apesar dos investimentos, falta muito o que fazer, e falta discutir melhor as conseqüências da informática aplicada ao governo.

A ordem é digitalizar o setor público. Essa é a resposta de um batalhão de executivos de TI para aumentar a eficiência da máquina administrativa e oferecer serviços de melhor qualidade aos cidadãos. Para isso, é preciso fazer com que os órgãos públicos troquem o papel por redes e documentos digitais.

O coordenador da Estratégia Nacional de TICs (da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI), Gilberto Lima Júnior, lembra que o país tem se destacado internacionalmente por meio de seus serviços de governo eletrônico. Ele cita os conhecidos exemplos da declaração do imposto de renda pela Internet, a votação eletrônica e o Siscomex, sistema para agilizar as operações de comércio exterior.

Mas há críticas. Roberto Carlos Mayer, da Associação das Empresas Brasileiras de Tecnologia da Informação, Software e Internet de São Paulo (Assespro-SP), acusa a falta de união. “A chamada estratégia nacional, na verdade, é federal, ou seja, está restrita ao governo federal, o que a torna incoerente com algumas iniciativas estaduais e municipais.”

Gilberto, da ABDI, diz que o governo tem um objetivo adicional ao tentar fortalecer o segmento de TI no Brasil. A idéia é favorecer o desenvolvimento de outros setores, que são influenciados de alguma maneira pelos avanços tecnológicos. Um exemplo é o plano de investir de R\$ 8 bilhões a R\$ 10 bilhões em TI no setor de educação até 2010. A meta é começar a inclusão digital pelas escolas.

O governo terá de gastar muito com software, hardware, infra-estrutura e serviços. “Isso sem falar nos investimentos do governo em TI para saúde, segurança e muitas outras áreas”, acrescenta Gilberto. O objetivo da Presidência da República, de acordo ele, é chegar ao final do mandato com todas as 174 mil escolas públicas do Brasil conectadas com banda larga e informatizadas. Para Roberto, da Assespro-SP, a intenção esbarra em outro problema de infra-estrutura: cerca de 30 mil escolas não têm energia elétrica.

Linha de crédito

O governo também tenta estimular a indústria brasileira de TI com a linha de crédito específica

para empresas de software, do BNDES. Agora lançou um novo Prosoft, para tornar mais fácil para as empresas conseguirem os recursos. Em geral, elas têm poucos ativos para dar como garantia de financiamentos, porque trabalham com software, e software é igual a recursos humanos.

Em 2007, o mercado ainda reagiu bem à MP do Bem, que isentou de impostos os computadores, e à oferta de crédito com juros menores para compra de PCs. “Com isso, neste ano, estão sendo vendidos mais computadores do que TVs”, lembra Gilberto. “E o mercado cinza caiu de 70% para apenas 30%.”

Cobrança mais eficiente

Mas se diminuir os impostos ajuda, o governo também tratou de investir em TI para melhor cobrar impostos. Desde julho de 2007, entrou em vigor o Super Simples. O governo unificou a arrecadação de impostos municipais (ISS), estaduais (ICMS) e federais (Imposto de Renda Pessoa Jurídica, PIS, Cofins, IPI, CSL e contribuição previdenciária patronal). A meta era simplificar a vida dos micro e pequenos empresários. O Super Simples foi possível usando tecnologia e exigiu a criação de uma enorme rede interligando os fiscos de municípios, estados e União. O Simples Nacional, nome oficial do Super Simples, foi criado pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e atinge empresas com receita bruta anual de até R\$ 2,4 milhões, ou seja, cerca de 95% de todos os empreendimentos formais do país.

O governo federal celebrou convênios com estados e municípios para fazer o Super Simples. Os gastos foram pagos pela Secretaria da Receita Federal. Silas Santiago, secretário-executivo do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), diz que as prefeituras e os estados não pagaram nada para aderir ao Super Simples.

A promessa do novo sistema de tributação era de redução de impostos. Silas prevê uma perda de receita (renúncia fiscal) anual de R\$ 5,4 bilhões. Mas para as empresas de informática, não deve haver ganho. Para Roberto, da Assespro-SP, a grande maioria das empresas de informática que foram para o Super Simples tiveram aumento de tributação.

O Serpro desenvolveu sistemas para cruzar as bases de dados e definir quais empresas poderiam aderir ao Super Simples. Só quem estava em dia com impostos entrou. O processo funcionou como uma mega-fiscalização nas micro e pequenas empresas. Roberto registra: “Nunca tinha sido feito antes.”

Os contribuintes aderiram ao novo sistema de tributação pela Internet. As empresas não podiam ter débitos nas três esferas (federal, estadual e municipal); se houvesse débito, tinham de pagar. “A adesão ao Super Simples ficou dentro do esperado”, afirma Silas. A União ofereceu parcelamento de até 120 meses, também pela Internet.

A rede pública

O poder público está empenhado em criar redes. E o esforço feito com o Super Simples é uma parte desse trabalho. Outra muito importante é a Redecomep. Os técnicos da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) têm a missão de promover o uso de rede na comunidade acadêmica. A infovia Redecomep foi paga pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Estimaram R\$ 39,7 milhões para construir 27 redes de alta velocidade em regiões metropolitanas, com infra-estrutura própria de fibras ópticas de até 1 Gbps. O objetivo é atender as instituições de pesquisa e de ensino superior. Os técnicos da RNP dão apoio logístico, financeiro e operacional da RNP. Mas cada rede tem um consórcio – dono das fibras (ou de partes delas) e responsável pela manutenção. Até novembro de 2007, entregaram quatro redes: Metrobel (Belém, PA), Metromao (Manaus, AM), Metrovix (Vitória, ES) e Remep (Florianópolis, SC).

Governos estaduais e municipais e empresas, principalmente as públicas de energia, também são parceiras; podem até pagar parte da infra-estrutura, como fibras, postes, etc.

“A RNP funciona muito mais como uma espécie de articulador do conhecimento e das tecnologias”, esclarece José Luiz Ribeiro Filho, coordenador nacional da Redecomep (Redes Comunitárias de Educação e Pesquisa). “A gente identifica as necessidades e busca a solução



divulgação

Marcos, da OAB: os tribunais precisam de segurança física, lógica e de contingência, ou a Justiça pode parar.

tecnológica mais interessante.”

As redes metropolitanas são conectadas à rede Ipê (infra-estrutura nacional acadêmica da RNP), mas apenas o tráfego das instituições usuárias da RNP pode passar pelos canais de transmissão de dados. Ou seja, uma secretaria municipal de saúde conectada à mesma rede metropolitana não pode escoar tráfego para a rede Ipê. Mas o campus de uma universidade federal pode.

Falta uma definição

Apesar de iniciativas como a Redecomep, ainda há muito espaço e dificuldades para instalar novas infovias no país. Luis Cuza, presidente da Telcomp, associação que representa mais de 40 empresas prestadoras de serviços de telecomunicações no país, reclama uma política definitiva para a banda larga. “Essa iniciativa da RNP é bastante interessante, mas não é suficiente.”

Muitos dos investimentos programados para 2007 não foram realizados por falta de definições do governo. Cuza lembra o caso da banda larga e dos leilões e outorgas de MMDs ou de TV a cabo. E lamenta, principalmente, a indefinição quanto aos recursos do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), estimados em R\$ 5 bilhões, e o leilão das frequências de WiMAX, paralisado desde o segundo semestre de 2006.

Para Cuza, os municípios têm dificuldades para

implementar infovias também porque a cada mudança de administração os prefeitos mudam as prioridades de investimentos. E arremata: “A grande maioria dos 5.600 municípios já deveria ter banda larga.”

Menos papel, mais justiça.

Não bastam redes para o estado ser digital. Ao mesmo tempo em que constroem as redes, os órgãos públicos têm de correr para se livrar do papel e adotar os documentos digitais. O maior esforço nesse sentido está no sistema judiciário. A Lei 11.419 instituiu a adoção de processos judiciais eletrônicos no Brasil. E a conseqüente eliminação do papel nos processos.

Um dos maiores casos de sucesso nessa área é o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. O órgão está prestes a apresentar um projeto para a venda de créditos de carbono, graças à eliminação do uso de papel. O tribunal será o primeiro do Brasil (e talvez do mundo) a obter recursos orçamentários adicionais, a fundo perdido, com base no Protocolo de Kioto.

Para alguns não há alternativa senão acabar com o papel. O juiz-assessor da presidência do TJSP, Eduardo Marcondes, acha que, sem processos eletrônicos, o modelo tradicional de justiça estaria falido. O processo com papel exige cada vez mais gente, mais varas de justiça, mais dinheiro gasto. E está cada vez menos eficiente. Sem papel, os tribunais gastam menos com impressão, transporte, armazenamento e compra dos próprios insumos.

Com a digitalização, os advogados enviam a petição pela Internet e têm a certeza de que ela chegou ao notebook do juiz. Mas ainda falta acertar processos legais para as promessas se cumprirem. É preciso migrar a lei da prova documental para a prova documental eletrônica. “Em 1999, a OAB-SP encaminhou projeto de lei ao Congresso Nacional”, diz o diretor-tesoureiro da OAB-SP, Marcos da Costa. “E ele está tramitando até hoje.”

Marcos encaminhou ao Conselho Federal da OAB uma proposta de apresentação ao Conselho Nacional de Justiça, com quase trinta itens. Entre eles, a necessidade dos tribunais apresentarem um plano de segurança física, lógica e de contingência.

Sem isso, o Poder Judiciário pode simplesmente sair do ar com uma pane de sistema. Ele ainda se preocupa com o comando do sistema judiciário por tecnólogos. “Não se pode imaginar equações matemáticas substituindo a base humanística do processo.”

Por enquanto, alguns ganhos já foram contabilizados. Fóruns funcionam totalmente sem papel, com menos funcionários, ocupando menos espaço. Em tese, é mais agilidade com custos menores para a Justiça. O Fórum de Nossa Senhora do Ó, em São Paulo, precisaria de 120 funcionários. “Foi instalado com 34 funcionários”, diz Eduardo. “Os processos andam mais rápido do que antes.” Há quatro fóruns como o Nossa Senhora do Ó em São Paulo. A previsão do juiz é que serão instalados outros seis até o final de 2007.

Segundo ele, o Tribunal de Justiça investiu R\$ 56 milhões de reais em TI, incluindo software, hardware e serviços, para eliminar o papel. E faz um cálculo: “São 45 mil funcionários e 2.500 magistrados; gastamos pouco mais de R\$ 1 mil por pessoa.”

Com esse dinheiro, o TJSP comprou 170 servidores da HP, 2.400 notebooks da Dell, 20 mil desktops da Itautec, 26 mil pontos de rede e 57 mil pontos de energia. Contratou um *datacenter*, cujo nome não é revelado, onde ficam os sistemas de contingência e redundância.

O retorno do investimento aparece na redução da fila de processos em espera. A eliminação do papel, nos cálculos dos técnicos do tribunal, reduziu em 70% o prazo médio de duração de um processo. Nos últimos 12 meses, o número de recursos em segunda instância aguardando julgamento caiu de 620 mil para pouco mais de 400 mil. Mas há 16,4 milhões de processos em andamento em primeira instância. Nesse caso, a fila cresce, admite Eduardo. “Mas não tão rapidamente, graças ao sistema eletrônico.”

Ao menos, processos sem papel (ou com menos papel) devem significar mais árvores no futuro. O Diário da Justiça imprimiu 770 mil exemplares até hoje. Se todas as folhas do diário fossem colocadas lado a lado, formariam uma linha de 76 quilômetros. Agora, digitalizado, o órgão deixa de gastar 17 toneladas de papel por dia, algo como 340 árvores por edição.